



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA PAULA GABRIEL DOS SANTOS

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E PROCESSOS DE ADOECIMENTO:** os impactos na  
saúde das assistentes sociais que atuam no CREAS II de Campina Grande-PB

CAMPINA GRANDE – PB

2014

ANA PAULA GABRIEL DOS SANTOS

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E PROCESSOS DE ADOECIMENTO:** os impactos na  
saúde das assistentes sociais que atuam no CREAS II de Campina Grande-PB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Serviço Social da Universidade Estadual da  
Paraíba (UEPB), em cumprimento às  
exigências para obtenção do título de  
Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Thereza Karla de Souza Melo

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237c Santos, Ana Paula Gabriel dos  
Condições de trabalho e processos de adoecimento  
[manuscrito] : os impactos na saúde das assistentes sociais que  
atuam no CREAS II de Campina Grande - PB / Ana Paula Gabriel  
dos Santos. - 2014.  
26 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em SERVIÇO  
SOCIAL) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências  
Sociais Aplicadas, 2014.  
"Orientação: Thereza Karla de Souza Melo, Departamento de  
Serviço Social".

1. Trabalho social. 2. Assistente social. 3. Condições de  
trabalho. 4. Serviço Social. 5. Saúde do trabalhador. I. Título.  
21. ed. CDD 361.3

ANA PAULA GABRIEL DOS SANTOS

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E PROCESSOS DE ADOECIMENTO: os impactos na  
saúde das assistentes sociais que atuam no CREAS II de Campina Grande (PB)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Serviço Social da Universidade Estadual da  
Paraíba (UEPB), em cumprimento às  
exigências para obtenção do título de  
Bacharela em Serviço Social.

Aprovada em: 11/12 /2014.

Nota: 9,5

Banca Examinadora

Thereza Karla de Souza Melo

Prof.<sup>a</sup> M<sup>a</sup>. Thereza Karla de Souza Melo  
Departamento de Serviço Social/UEPB  
(Orientadora)

Cleônia Maria Mendes de Sousa

Prof.<sup>a</sup> M<sup>a</sup>. Cleônia Maria Mendes de Sousa  
Departamento de Serviço Social/UEPB  
(Examinadora)

Heliene Silva Dantas Gouveia

Heliene Silva Dantas Gouveia  
Assistente Social do CREAS II  
(Examinadora)

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu amado pai, Heleno Gabriel do Nascimento e a minha querida avó, Julia Lima de Barros (in memorian), pelos exemplos de vida, carinho e orações que me encorajaram até a realização deste trabalho; dedico essa conquista também ao meu esposo Francinaldo Pedro dos Santos, por estar comigo me motivando para nunca desistir dos meus sonhos. Amo vocês!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde, inteligência e coragem para conquistar o mérito de Bacharela em Serviço Social pela UEPB.

À professora do Departamento de Serviço Social Thereza Karla, por sua dedicação, paciência e confiança, comprovadas durante a disciplina de Estágio Supervisionado III até a conclusão deste trabalho acadêmico.

À professora Clênia, docente do Departamento de Serviço Social da UEPB e a Heliene, assistente social do CREAS II, pela consideração e carinho que mantiveram tanto na graduação como no Estágio Supervisionado, deixando seus exemplos de grandes profissionais.

Aos funcionários do CREAS II, pelo acolhimento e apoio demonstrado desde o início do Estágio Supervisionado, torcendo sempre pelas minhas conquistas profissionais.

À minha mãe Iracema Cristovão, pelos seus cuidados e principalmente por sua perseverança e motivação, ferramentas essenciais para que eu seguisse em frente diante às dificuldades.

Aos meus irmãos: Ricardo; Juliana e Natália por acreditarem continuamente no meu esforço e em minha determinação.

À minha grande companheira de graduação Simone Zeferino Pê, por tanta cumplicidade, veracidade, tantos desafios e obstáculos compartilhados, evidenciando a enorme amizade que conquistamos e que ficará para sempre!

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretende analisar como as condições de trabalho influenciam diretamente no processo saúde-adoecimento dos assistentes sociais que atuam no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS II), no município de Campina Grande (PB). O interesse pelo tema é fruto da experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social, realizado na instituição no período de agosto de 2013 a agosto de 2014. O presente trabalho trata-se de um estudo teórico que tem como objetivo discutir as transformações no mundo do trabalho, analisar sua configuração atual e suas repercussões na saúde do trabalhador, e refletir sobre como o trabalho do Assistente Social tem sido atingido por esse processo, particularmente a partir da realidade do CREAS II. O estudo seguiu uma abordagem qualitativa, sendo utilizada a pesquisa bibliográfica e documental. Também serviram de base para o mesmo as observações e registros no diário de campo, elaborados durante o estágio. Os resultados do estudo apontam que o assistente social enquanto trabalhador assalariado tem sofrido com a precarização das suas condições de trabalho, sendo um profissional que também se sente ameaçado pelo desemprego, pelas contratações terceirizadas, pela precarização do trabalho e dos vínculos formais, e pelo trabalho temporário. Além desses motivos, o profissional também atua numa área extremamente complexa, lidando diariamente com problemáticas que remetem à violação de direitos e violência sofrida por parte dos usuários dos serviços, o que contribui para intensificar os processos de adoecimento.

**Palavras-Chave:** Trabalho. Saúde. Adoecimento. Serviço Social.

## ABSTRACT

This Work Course Conclusion (TCC) aims to analyze the working conditions directly influence the health-disease process of social workers who work in the Reference Center for Social Assistance Specialized (CREAS II), in the city of Campina Grande (PB). Interest in the subject is the result of compulsory curricular internship experience in Social Work, held at the institution from August 2013 to August 2014. This work it is a theoretical study that aims to discuss the changes in the world of work, analyze your current configuration and its effects on workers' health, and reflect on how the work of the social worker has been achieved by this process, particularly from the reality of CREAS II. The study followed a qualitative approach, using the bibliographic and documentary research. Also served as a basis for the same observations and records in field diary, prepared during the stage. The study results show that the social worker as an employed person has suffered from a precarious working conditions, with a professional who also feels threatened by unemployment, the outsourced contracts, the precariousness of work and formal links, and work temporary. In addition to these reasons, the professional also acts in an extremely complex area, dealing daily with issues that relate to the violation of rights and violence suffered by users of services, which contributes to intensify disease processes.

**Keywords:** Work. Health. Illness. Social Service.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>07</b> |
| <b>2. TRABALHO: EIXO FUNDANTE DA SOCIABILIDADE HUMANA.....</b>                         | <b>08</b> |
| <b>2.1 A questão social face às transformações do “novo” mundo do trabalho.....</b>    | <b>11</b> |
| <b>3. O MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.....</b>                                | <b>14</b> |
| <b>3.1. Trabalho e processo de adoecimento.....</b>                                    | <b>17</b> |
| <b>4. CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO CREAS II.....</b> | <b>19</b> |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>23</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>   | <b>24</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

A relação do homem com a atividade de trabalho passou por muitas transformações ao longo do tempo. Inicialmente dizia respeito exclusivamente à transformação da natureza, posteriormente foram desenvolvidas atividades profissionais que se centram na relação dos homens entre si.

Cabe destacar o fato de que, em qualquer dessas esferas, trabalhar implica um esforço e ocasiona um desgaste físico, mental e emocional do trabalhador. Mas, além do desgaste próprio de cada atividade, os trabalhadores podem sofrer desgastes provenientes de condições de trabalho inadequadas, excesso de demandas, jornadas extensas, situações estressantes.

Gradativamente, foram conquistadas melhorias nas condições de trabalho e de vida, fruto das lutas dos trabalhadores em várias partes do mundo. Contudo, o tema ainda é objeto de muitas preocupações. O mundo do trabalho convive com avanços e retrocessos: de um lado muitos direitos foram conquistados, mas, por outro, há o problema do não cumprimento às leis e da permanência de práticas como o trabalho escravo e/ou em condições sub-humanas.

No contexto contemporâneo a saúde do trabalhador tem sido objeto de muitos estudos. Atualmente muitos trabalhadores se deparam com os efeitos dos processos de produção do capital e suas profundas mudanças, face à intensificação das formas de exploração e suas mutações (terceirização, baixos salários e multifuncionalidade, etc.) provocando impactos nas práticas sociais.

No caso do assistente social, este se submete aos interesses das instituições empregadoras, conforme suas políticas, diretrizes e recursos, incluindo desafios aos profissionais nas novas modalidades de produção e reprodução da força de trabalho.

O presente trabalho, intitulado “Condições de Trabalho e Processos de Adoecimento: os impactos na saúde das Assistentes Sociais que atuam no CREAS II de Campina Grande-PB” têm por objetivo apresentar um estudo teórico sobre o tema, fruto da experiência de estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social, realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS II), no referido município, no período de agosto de 2013 a agosto de 2014.

O interesse pelo tema surgiu a partir das observações em campo de estágio, quando identificamos o adoecimento constante das assistentes sociais nesse espaço sócio ocupacional. Pudemos acompanhar durante o estágio um cotidiano de muitas demandas, desde as relativas às medidas socioeducativas (liberdade assistida - LA e prestação de serviço à comunidade-

PSC) voltadas aos adolescentes em conflito com a lei por envolvimento em ato infracional, até aquelas relacionadas à violação de direitos.

Tal estudo tem como objetivo discutir as transformações no mundo do trabalho, analisar sua configuração atual e suas repercussões na saúde do trabalhador, e refletir sobre como o trabalho do Assistente Social tem sido atingido por esse processo. Buscaremos caracterizar as demandas, impasses e desafios que os mesmos enfrentam neste âmbito ocupacional, que acabam refletindo na sua saúde.

Optou-se por uma abordagem qualitativa do tema, a partir da pesquisa bibliográfica e documental. Também fundamentaram o estudo as observações e registros no diário de campo, elaborados durante o estágio, através da participação nos espaços de trabalho dos servidores no âmbito institucional assim como nas visitas domiciliares.

A relevância do tema se justifica visto sua importância na atualidade e considerando que existem poucos estudos nessa direção a respeito dos profissionais em questão, sendo, no entanto, mais comum investigar o cotidiano dos usuários do que o deles próprios.

## **2. TRABALHO: EIXO FUNDANTE DA SOCIABILIDADE HUMANA**

Para analisarmos as condições de trabalho e os processos de adoecimento dos trabalhadores no mundo contemporâneo, precisamos compreender como se deu a evolução sócio-histórica do trabalho de modo a transformar-se numa categoria indispensável às relações humanas.

O trabalho, conforme Marx (1988), é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades. Por meio dele o homem se afirma como ser social, sendo este, distinto da natureza, de modo a se posicionar como seu criador, agindo consciente e racionalmente.

Parafrazeando Iamamoto (2003, p.61), “a categoria trabalho trata-se de um elemento constitutivo do ser social, que o distingue como tal e, portanto, que dispõe de uma centralidade na vida dos homens”.

Nas palavras de Engels (1985), na medida em que o homem coloca seu corpo, sua consciência a serviço de um objetivo, vai travar uma relação com a natureza e outros homens. A relação do homem e natureza só existe em função do trabalho, pois este transforma a matéria vinda da natureza em riquezas, ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo.

Citando Marx, Lessa (2006) afirma que o desenvolvimento histórico é também o desenvolvimento histórico do trabalho. Neste sentido, o trabalho é o processo de produção da

base material da sociedade pela transformação da natureza. Ao transformar a natureza, os homens se transformam, adquirem novos conhecimentos e habilidades, se tornando cada vez mais socializados com o passar dos tempos. Sendo assim, algumas características são próprias do trabalho humano: sua dimensão teológica, o uso e criação de instrumentos e de novas necessidades.

Na dimensão teológica, o trabalho é o processo composto pela prévia ideação (ou teleologia, que significa a construção na consciência) e pela objetivação (transformação do que foi previamente idealizado). Sendo assim, o homem projeta antecipadamente na sua imaginação o resultado a ser alcançado pelo seu trabalho, de modo que ao realizá-lo, não apenas provoca uma mudança de forma da matéria natural, mas nela realiza seus próprios fins.

Nos meios de trabalho encontram-se objetivadas formas de atividades e necessidades humanas. Esses meios são indicadores das condições sociais sob as quais se efetua o trabalho especificamente humano e do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana. Os meios de trabalho são distintos nas “épocas econômicas”, pois “não o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se fazem, é o que distingue as épocas econômicas” (Marx, 1988, p.151).

Todavia, o trabalho não poderia ser concebido sem a sua intrínseca relação com a linguagem, que é inerente ao desenvolvimento das relações humanas, na exteriorização da consciência pelo e no ato do trabalho.

O homem enquanto ser social e histórico produz e reproduz a vida social, e passa a criar novas necessidades, requerendo novos modos de produção para satisfazê-las, desenvolvendo a práxis, novas relações sociais, econômicas e os aspectos que constituem a cultura humana. Neste sentido, o desenvolvimento do modo de produção e das relações de trabalho tem seu fundamento no fato de o trabalho, por meio da reprodução social, sempre produzir novas situações históricas.

(...) um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material (...) (MARX, ENGELS, 2007 p. 21).

Nas sociedades primitivas, a organização entre os homens se fundamentava na propriedade coletiva e nos laços de sangue. Entretanto, com o desenvolvimento das forças produtivas houve o surgimento do trabalho excedente, possibilitando a existência de

sociedades que vivem da exploração do homem pelo homem. Nesta nova condição histórica, o trabalho se converte no trabalho explorado escravo e, para que tal forma possa se efetivar, é preciso à submissão dos trabalhadores às classes dominantes.

Conforme Netto e Braz (2011, p.57), “quando essa possibilidade (de acumulação) e alternativa (de exploração) se tornam efetivas, a comunidade primitiva – com a propriedade e a apropriação coletivas que lhes eram inerentes – entra em dissolução, sendo substituída pelo escravismo”.

Com a passagem do modo de produção escravista ao modo de produção feudal, temos um novo patamar de desenvolvimento da esfera produtiva (centrado no trabalho) e suas novas necessidades devem ser atendidas para que a reprodução social seja viabilizada, ou seja, o feudo substitui o Império Romano enquanto forma de organização dos homens para a transformação da natureza nos bens necessários à sua reprodução e o mesmo pode ser dito da sociedade burguesa (LESSA, 2006).

Entre os séculos XI e XVIII, a burguesia não parou de se expandir. Do comércio local passou a um mercado mundial. O período compreendido entre os anos 1776 a 1830 é caracterizado pelo processo denominado de Revolução Industrial, através do qual o homem transferiu o trabalho artesanal para a indústria mecanizada, proporcionando ao capital condição de expansão e de hegemonia do processo produtivo. Diante disso a sociedade burguesa intensificou a divisão social do trabalho e amadureceu suas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado.

Assim, o modo de produção capitalista (MPC) tem em sua essência uma nova forma de exploração do homem pelo homem: a burguesia compra apenas a força de trabalho do trabalhador.

Neste contexto, o trabalho, na sociedade do capital, aparece como trabalho “livre”, pago, o que encobre a relação de subordinação do trabalhador ao capital, bem como a exploração de seu trabalho. Neste caso, Netto e Braz (2011, p.107) afirmam:

No caso de trabalhador assalariado, o excedente é extraído sem o recurso da violência extraeconômica; o contrato de trabalho implica que o produto do trabalho do trabalhador pertença ao capitalista. E a falsa noção de que o salário remunera todo o seu trabalho é reforçada (...).

No capitalismo, o processo de trabalho também produz por meio da dominação do homem sobre os outros homens: a alienação, a exploração e as desigualdades sociais. Tais situações denotam as contraditórias e antagônicas classes sociais: a dos donos dos meios de produção, que enriquecem por meio da exploração, da apropriação do excedente (mais-valia),

e da acumulação do capital, resultando no poder (econômico-político-social); e a dos trabalhadores, à qual não resta alternativa nesse processo, que sujeitar-se a vender sua força de trabalho para poder sobreviver.

Conforme Netto e Braz (2011, p. 49): “[...] comprando a força de trabalho do proletário pelo seu valor, o capitalista tem o direito de dispor da sua capacidade de trabalho, que ao ser utilizada cria valor, mais que necessário para reproduzi-la, gerando um valor superior ao que custa [...]”.

Com o amadurecimento desse modo de produção supracitado, essa forma de relação social se converte no padrão de relacionamento de todos os homens entre si, a vida social passa a ser marcada pela propriedade privada e o dinheiro passa a ser a medida e o critério de avaliação de todos os aspectos da vida humana.

Para Lessa (2006, p.81),

Houve uma transformação da vida cotidiana em mera luta pela riqueza. Os indivíduos passaram a considerar todos os outros como adversários e a sociedade se converteu na arena em que essa luta se desenvolve. Todos são inimigos de todos, “o homem é o lobo do homem”, no dizer de Thomas Hobbes (1588-1679).

O MPC é um sistema econômico em que os meios de produção são de propriedade privada, e o trabalho desempenha o papel de uma mercadoria adquirida através da remuneração estabelecida em contratos e regulada pelo mercado. É fato que a sociedade se converteu em um enorme mercado e tudo passa a ser considerado “mercadoria”, e ganhar dinheiro tornou-se a razão central da vida dos indivíduos.

## **2.1 A questão social face às transformações do “novo” mundo do trabalho**

A “questão social” existe bem antes da reestruturação produtiva, seu aparecimento na sociedade se dá com a generalização do trabalho livre, ou seja, a partir do momento em que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria ao capital, paga através do salário, sendo à força de trabalho seu único meio de subsistência. Conforme Iamamoto e Carvalho (2000, p. 77):

A “questão social” não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.

Como se sabe, todas as transformações implementadas pelo capital tem como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho (NETTO e BRAZ, 2011).

Não foi diferente a transformação vivida pelo capital através da reestruturação produtiva e implementação do toyotismo, que trouxe impactos significativos para a esfera produtiva, impostos pela tecnologia e introdução da microeletrônica, assim como as exigências postas ao trabalhador, cujo perfil exigido se enquadra nos objetivos da empresa para aumento da produtividade. Exige-se um trabalhador qualificado, polivalente, multifuncional e comprometido com a empresa (MOTA, 2010). Além disso, ao mesmo tempo em que este trabalho é desregulanzado, flexibilizado, observa-se também a terceirização dos serviços.

O capitalismo reproduz e perpetua a exploração do trabalhador: de um lado reduz o operariado industrial, em decorrência do quadro recessivo em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural (ANTUNES, 2000). Por outro lado, dá-se a subproletarização do trabalho através dos novos postos de trabalho: parcial, “terceirizado”, subcontratado, os quais tomam forma de relações informais de emprego.

No toyotismo podemos observar que, além da qualificação técnica do trabalhador, é dada extrema importância a sua participação e envolvimento, o que Alves (2000) chama de “captura da subjetividade operária pela lógica do capital”, como forma de obter o consentimento passivo dos trabalhadores, através do consenso.

A lógica toyotista opera com estoque mínimo, se adaptando a atender com rapidez às novas exigências do mercado, implicando na flexibilização e na eliminação dos direitos trabalhistas, e esse padrão se estabelece conseguindo se manter até os dias atuais:

[...] o controle da força de trabalho pelo capital recorre a formas diversas [...] apelando à “participação” e ao envolvimento dos trabalhadores, valorizando a “comunicação” e a redução de hierarquias mediante a utilização de “equipes de trabalho” [...] com o forte estímulo ao “sindicalismo de empresa” [...] O capital empenha-se em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores: utiliza-se o discurso de que a empresa é a sua “casa” e que eles devem vincular o seu êxito pessoal ao êxito da empresa [...] os capitalistas já não se referem a eles como “operários” ou “empregados”- agora, são “colaboradores”, “cooperadores”, “associados”, etc. (NETTO e BRAZ, 2011 p.227).

Apesar da ofensiva do capital afirmar que a flexibilização ou desregulamentação das relações de trabalho ampliaria as oportunidades de emprego, se evidencia o contrário, uma

vez que “em todos os países onde o trabalho foi ‘flexibilizado’, isso ocorreu juntamente com o crescimento do desemprego.” (NETTO e BRAZ, 2011, p. 229).

A característica marcante do capitalismo atual, após o processo de reestruturação produtiva, é a exponenciação da “questão social”. Aliado ao agravamento dos problemas sociais observa-se a naturalização da pobreza, o discurso a favor da menoridade penal, a vinculação dos direitos humanos como “direito de bandidos”, dentre outras ofensivas, que são incorporadas por parte significativa da sociedade.

Todavia, a transformação societária capitalista ampliou a complexidade das relações de trabalho estabelecidas. A precarização e a informalização no trabalho trouxe de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado: aumento da jornada de trabalho, trabalho infantil, salários diferenciados para homens e mulheres (NETTO e BRAZ, 2011).

Nesta última década observou-se uma grande retração do emprego formal e a expansão do emprego informal, juntamente com um novo espaço chamado de estágio, criação esta que mais uma vez vem degradar a vida do trabalhador, uma vez que seus direitos constitucionais são substituídos pelos direitos contratuais.

Logo, o contrato de trabalho define as condições de reprodução do trabalhador no mundo das relações sociais capitalistas, mesmo não garantindo melhores condições de sobrevivência (moradia, educação, saúde, entre outros), diante dos baixos níveis salariais, fatores que tendem à desvalorização do trabalho humano (BATISTA, 1999).

Neste sentido, a revolução tecnológica na origem do capital faz emergir uma nova fase da história das relações de produção, conseqüentemente do trabalho. O mercado exige conhecimentos diferentes, na medida em que novas tecnologias são introduzidas no cotidiano de trabalho, exigindo cada vez mais trabalhadores qualificados.

Estas transformações não refletem apenas nas relações de trabalho, provocam modificações drásticas na vida cotidiana do trabalhador, como: nos direitos, na educação, no lazer e na vida privada, demonstrando a outra face do capitalismo, criando e reproduzindo desigualdades através do seu modo de produção, que faz com que a massa trabalhadora não padeça apenas nas periferias, mas também nos países centrais, perpetuando as expressões da “questão social”.

Neste contexto, Iamamoto (2007, p. 49) afirma que os reflexos da questão social incidem diretamente sobre o trabalho do assistente social: “[...] chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-lo vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas sociais”.

Ainda segundo a autora,

O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (IAMAMOTO, 2003, p.17).

No próximo item abordaremos a configuração atual do trabalho e os processos de adoecimento do trabalhador.

### **3. O MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**

O trabalho nos marcos da contemporaneidade é regido pelo capital, atendendo suas necessidades duras e inflexíveis do lucro e acúmulo da riqueza, como já citamos anteriormente, e de forma drástica determina consequências no que tange à espoliação da vida do trabalhador, marcada pelo desemprego estrutural e pela precarização das relações de trabalho.

Na sociedade do capital, a forma mercantil torna-se a forma necessária e geral dos produtos do trabalho, das condições de trabalho e dos meios de vida, atingindo a força de trabalho do trabalhador “livre”, tornando o trabalho assalariado. Neste sentido, o trabalhador deixa de ser expressão das suas necessidades para expressar as necessidades das classes dominantes.

Contudo, o capitalismo contemporâneo vem assumindo nas últimas décadas uma configuração que acentuou sua lógica concentradora e destrutiva, observada na constituição de um novo padrão industrial, tecnológico e de organização do trabalho.

O cenário de pobreza e exclusão, desigualdade social e degradação do meio ambiente que se delineia mundialmente, explicitam os caminhos perversos da atual etapa de desenvolvimento do sistema econômico capitalista, penetrando em todas as esferas da sociabilidade humana, atingindo o mundo do trabalho.

É no contexto da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capital bancário e o capital industrial, que se instauram os novos padrões de demanda de trabalho. Inclusive, afirma Ricardo Antunes (2000) que, para os trabalhadores se manterem no emprego, precisam transformar-se em mão de obra multifuncional, capaz de assumir múltiplas funções, caso não consigam, poderão perdê-lo.

Assim, a direção ofensiva do capital visa maior “flexibilidade” na produção, implicando a reorganização produtiva e novas nuances para a organização dos trabalhadores.

Sendo assim, os mesmos estão sujeitos à desqualificação, em função da flexibilidade funcional, que pode levar à descaracterização de suas funções, tarefas e responsabilidades. Os profissionais estão também sujeitos a um tipo de requalificação, que tanto pode enriquecer o seu conteúdo de trabalho, como gerar um empobrecimento, caso lhes sejam repassadas atribuições terminais que impõem responsabilidades limitadas.

Todavia, como discorre Teixeira (1998, p.69):

com a acumulação flexível, aprofunda-se a tendência do capital de reduzir o número de trabalhadores empregados, configurando uma nova relação do uso do trabalho, uma nova relação salarial, mascarada pelo véu de um contrato comercial entre as firmas ou de prestação de serviços [...].

Neste contexto, assiste-se a um aumento do desemprego estrutural, da informalidade, etc. A terceirização dos serviços surge também como um elemento a mais na consideração do trabalho real, na medida em que além de trazer como características a alta rotatividade, os baixos salários, a extensão na jornada e a desproteção social, sugere, também, um quadro mais perverso que se caracteriza pela contratação de trabalhadores mais propensos à submissão. Nas palavras de Marx (1993, p.148): “o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. [...] a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta à desvalorização do mundo dos homens”.

Antunes (2000, p.131) considera que a “classe-que-vive-do-trabalho”, sofreu a mais aguda crise que atingiu não só a sua materialidade, mas repercutiu na sua subjetividade.

Múltiplas fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, onde o consumo de mercadorias, também está estruturado pelo capital. Dos serviços públicos cada vez mais privatizados, até o turismo, onde o “tempo livre” é instigado a ser gasto nos shoppings.

No Brasil, nos anos 1990, as exigências da “acumulação flexível” atingem as várias dimensões da materialidade do capital. A reestruturação produtiva, longe de substituir as tradicionais e conservadoras relações de trabalho, vem reforçando-as com a introdução de novos e modernos padrões de produção e seus resultados tem sido os elevados índices de desemprego e precarização das condições de trabalho.

Este contexto de “desordem do trabalho” se refere à insegurança no mercado de trabalho, ao aumento nos níveis de desemprego, às dificuldades de retorno ao mercado e à estrutura empregatícia.

Os trabalhadores se sentem inseguros devido à redução de empregos estáveis; à substituição de formas padronizadas de relações de trabalho pelas novas formas atípicas (subcontratação de trabalhadores temporários; em tempo determinado; em tempo parcial; trabalho em domicílio, etc.) nas quais prepondera a ausência de vínculos empregatícios e garantias sociais; às disparidades salariais e à redução das provisões da seguridade social (MATTOSO, 1996).

Os novos padrões de trabalho, pautados na introdução de novas tecnologias, implicam a máxima utilização da força de trabalho. Desta forma, os trabalhadores procuram se adequar a estas condições, reconhecendo que há vínculos empregatícios mais aviltantes e também uma maior pressão dos profissionais desempregados que procuram uma recolocação no mercado de trabalho.

No campo das condições de trabalho, podemos identificar que, com o processo de reestruturação, os profissionais passaram a trabalhar além do horário, pois há excesso de trabalho e uma cobrança mais intensiva dos padrões.

A racionalização do trabalho também é interessante se mencionar, visto que esta se dá pela priorização das tarefas, desta forma são definidas as metas e o período de consecução das mesmas, assim como os padrões de eficiência e qualidade no atendimento.

Neste contexto, a redução dos postos de trabalho profissional implica tanto na demissão, sem substituição, ou na absorção das tarefas do profissional por elementos polivalentes, ou seja, aquele que é chamado a exercer várias funções no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como consequência do enxugamento do quadro de pessoal nas empresas. O mesmo tem acontecido com o assistente social, sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições.

A instabilidade e insegurança produzidas pela redução dos postos de trabalho geraram esquemas de subcontratação, através da terceirização ou vínculos temporários, manifestando-se também na precarização do trabalho em termos salariais e de benefícios sociais.

O desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho permite ao capitalista, com o mesmo desembolso de capital variável, colocar em ação maior quantidade de trabalho, mediante maior exploração intensiva e extensiva de forças de trabalho individuais. Esse excesso de trabalho de trabalhadores ativos tem como contrapartida o engrossamento das filas dos trabalhadores de reserva, ao mesmo

tempo em que a pressão destes sobre aqueles, obriga-os a trabalharem mais e a se submeterem às pressões do capital (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000, p.60).

Conforme Iamamoto (2003), as tendências do mercado de trabalho indicam uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados, etc.

Percebemos que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho vêm atingindo o Brasil, o que pode ser constatado pelo avanço da informalidade e da precarização. Sendo assim, o sistema capitalista, visa a constante obtenção de lucros e as transformações decorrentes da reestruturação produtiva, tem como resultados o desemprego estrutural, a precarização e desregulamentação do trabalho, revelando uma forte tendência de agravamento da exploração da força de trabalho.

### **3.1 Trabalho e processo de adoecimento**

A relação entre saúde e trabalho aparece de maneira mais expressiva após a Revolução Industrial, época em que o trabalho passa a ser visto como meio de produção de mercadorias e de acumulação de capital, fazendo com que o trabalhador passasse a ser considerado também uma “mercadoria”. Sendo assim, sua saúde poderia ser deixada de lado, ocorrendo o que Marx (1993) aponta como a “desrealização” do trabalhador, a alienação, ou seja, que o trabalhador seja privado dos objetos de trabalho, bem como dos objetos necessários à sua sobrevivência.

O mundo do trabalho, no atual momento histórico marcado pelo processo de reestruturação produtiva, tem exigido um novo perfil de trabalhador, apontando para a reflexão acerca do trabalho e sua relação com a saúde dos indivíduos. Assim sendo, não só novas formas de organização do modo de produção se estabelecem com novos aportes tecnológicos, como surgem diferentes impactos no adoecer dos trabalhadores.

No contexto da sociedade do capital, o trabalho, componente necessário para o processo de humanização do indivíduo enquanto ser social tornou-se “degradado” e “estranhado”, se transformando em meio de subsistência para a classe trabalhadora (ANTUNES, 2000).

Diante dessas transformações, tem-se observado nos últimos anos um aumento significativo do número de queixas e sintomas relacionados ao trabalho e suas precárias condições, intensificando o processo de adoecimento.

Na contemporaneidade, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera saúde não apenas a ausência de doença, mas a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social. A saúde é um direito inerente ao cidadão, independente de cor, credo ou situação econômica. Assim, falar em saúde do trabalhador reporta não somente ao ambiente de trabalho dentro da organização, mas também ao contexto social em que ele está inserido.

Quanto ao conceito de saúde do trabalhador:

supera as visões e práticas anteriores dos modelos de Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional. O primeiro é originário dos paradigmas produtivistas e mercantilistas que impregnaram o Ministério do Trabalho nos anos 1930. O segundo é baseado na concepção elaborada pelo Comitê Misto da Organização Internacional do Trabalho - Organização Mundial de Saúde (OIT-OMS), em Genebra, em 1950. Daí surgiu o conceito modernizado de saúde Ocupacional, disseminado pela maioria dos médicos especializados em Medicina do Trabalho como “o completo estado de bem-estar físico, psíquico e social”. (FREIRE, 2003, p.42.)

Desse modo, o processo saúde-doença-trabalho se insere nos diversos aspectos da organização, divisão, processo e relações sociais no trabalho. Ele é concebido:

(...) como um modo específico de trabalhar-desgastar-se de exploração e de resistência, que, por sua vez, determinam padrões específicos de reprodução. A combinação especial entre os processos de desgaste e de reprodução origina o nexo biopsíquico humano, historicamente específico. Nesta concepção, não há separação entre o social e o biopsíquico, que logo se unem por um vínculo de mediação externo, pois o processo de trabalho é ao mesmo tempo social e biopsíquico (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.36).

O desgaste é entendido como “perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica” (IDEM, p.115). Ele se origina da interação das cargas negativas do trabalho (posição incômoda, alternância de turnos, tensão nervosa por pressões de alto ritmo, etc.), expressam o nexo entre o social e a saúde, face à deteriorização das relações trabalhistas e à precarização das condições de trabalho, e contribui no desencadeamento de vários processos de adoecimento dos trabalhadores.

Todavia, os impactos decorrentes da reestruturação produtiva, das novas tecnologias de trabalho, principalmente a partir da década de 1990, acabam por desencadear algumas doenças ocupacionais, podendo-se destacar como doenças profissionais: Lesão por Esforço

Repetitivo (LER), Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT), lombalgia, enxaquecas, fadiga, entre outros. O stress também está relacionado às condições de trabalho, entre seus efeitos situa-se a hipertensão arterial, ampliada cada vez mais entre os trabalhadores.

A depressão, que hoje é a segunda causa que mais afasta do trabalho, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2020, será a primeira doença que mais afastará do trabalho. Hoje, a depressão só perde para LER/DORT.

Percebemos diante deste cenário que o tipo e as condições de trabalho influenciam diretamente no processo saúde-doença, uma vez que “o mundo do trabalho adoecer”, à medida que a organização do processo de trabalho o transforma em sacrifício para quem o realiza, tornando-o extenuante e marcado por condições cada vez mais precárias (LOURENÇO, 2008).

Neste sentido, o perfil exigido do trabalhador no capitalismo contemporâneo é o de um trabalhador flexível, capaz de “conviver com pressão, com medo, com a inconstância, com a concorrência e a competição” (LIMA, 2001, p.58), que certamente lhe sobrecarrega, provocando a deterioração de sua saúde.

A seguir, aprofundaremos essa discussão a partir da realidade de trabalho das Assistentes Sociais que atuam no CREAS II no município de Campina Grande- PB.

#### **4. CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO CREAS II**

Face aos aspectos supracitados nos itens anteriores a respeito da categoria ‘trabalho’, analisaremos também algumas particularidades sobre o Serviço Social neste contexto, de modo a refletir como as transformações na organização do mundo do trabalho, provocam impactos relevantes e significativos tanto no trabalho quanto na saúde das assistentes sociais, particularmente as inseridas no CREASII, de Campina Grande-PB.

O Serviço Social, segundo Iamamoto (2003), é uma profissão que se particulariza na divisão social e técnica do trabalho, trabalhando com as expressões da questão social, também é atingida pelas transformações do mundo do trabalho. Mas, cabe ressaltar que as novas configurações do trabalho se aliam aos limites estruturais que caracterizam o âmbito da promoção das políticas públicas já há algum tempo, a exemplo da Assistência Social. Nesse sentido, o profissional vê se acentuar problemas como: infraestrutura inadequada, contratos temporários, polivalência de funções, etc.

A Política de Assistência Social, legalmente reconhecida como direito social e dever estatal pela Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS-1993), vem sendo regulamentada intensivamente pelo Governo Federal, com aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Política Nacional de Assistência Social (2004) e do Sistema Único de Assistência Social (2005).

Para a efetivação da Assistência Social como política pública, contudo, é imprescindível sua integração e articulação à seguridade social e às demais políticas sociais. Por isso, a concepção de Assistência Social e sua materialização em forma de proteção social básica e especial, conforme previsto na PNAS/SUAS, requer situar e articular estas modalidades de proteção social ao conjunto das proteções previstas pela Seguridade Social (CFESS 2011, p.07).

Nas últimas décadas, é perceptível como um grande desafio para os assistentes sociais o desempenho de novas atribuições e competências, visto particularidades para o exercício profissional, principalmente com a instalação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

O âmbito do CREAS presta serviços de proteção social de média complexidade, junto às famílias, seus membros e indivíduos, em atendimento especificamente provocado pela violação de direitos e acompanhamento de adolescentes envolvidos em ato infracional em cumprimento de medidas socioeducativas (LA e PSC), como é o caso do CREAS II.

Desse modo, discutir o trabalho de assistentes sociais nesse espaço é necessário, na perspectiva de consolidar a Política de Assistência Social como direito, de modo a assegurar as condições técnicas e éticas para um bom exercício profissional.

Na contemporaneidade os profissionais de Serviço Social, como aponta Yazbek (2009), encontram espaços de atuação repletos de contradições e tensões, movidas por interesses de classes antagônicas, exigindo do assistente social apreensão da realidade, cujo estatuto profissional está profundamente relacionado às formas políticas e institucionalizadas de enfrentamento das expressões da questão social, contribuindo na viabilização de direitos sociais.

Neste sentido, o trabalho do assistente social é, pois, a expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho, competências e atribuições privativas que tem reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (regulamentação profissional, código de ética, diretrizes curriculares da formação profissional), projeto ético-político que confere direção social ao trabalho profissional.

Entretanto, ressaltamos a desresponsabilização do Estado frente à viabilização das políticas sociais, visto que as demandas de atendimento são superiores à capacidade de oferta, o mesmo acontece na redução do número de recursos materiais e humanos, etc. Constatamos também que o exercício profissional nos espaços sócio ocupacionais encontra-se condicionado tanto às relações sociais, quanto às condições e aos meios pelos quais é possível se realizar.

Frente a essas pontuações, percebemos as diversas requisições que a ofensiva neoliberal demanda ao assistente social na área da assistência social atualmente: o profissional além de atuar numa área de inúmeras problemáticas, vivencia a ausência de políticas públicas efetivas que atendam as demandas apresentadas, assim como de uma interlocução entre as diversas políticas para garantir o acesso dos usuários aos seus direitos sociais.

São notáveis também nestes espaços demandas institucionais equivocadas, pautadas na concepção do Serviço Social tradicional, em uma visão assistencialista da profissão; desconhecimento das atribuições e competências do assistente social por parte de outras categorias profissionais; práticas seletivas e excludentes na prestação dos serviços, bem como falta de interação entre as diferentes categorias profissionais existentes na unidade.

Neste sentido, para Dejours (1992), a insatisfação gerada pela realização de determinadas atividades de trabalho, nas quais o trabalhador não vislumbra possibilidade de realizá-las de acordo com sua própria concepção, e/ou quando ocorre antagonismo com o prescrito pela organização do trabalho, provoca sofrimento.

O sofrimento começa quando a relação homem-organização do trabalho está bloqueada [...]. Quando um trabalhador usou de tudo de que dispunha de saber e poder na organização do trabalho e quando ele não pode mais mudar de tarefa: isto é, quando foram esgotados os meios de defesa contra a exigência física. [...] A certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento. [...] Via de regra, quanto mais à organização do trabalho é rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de mudá-lo. Correlativamente, o sofrimento aumenta (1992, p.52).

O assistente social acaba sendo um profissional muito demandado visto que a área da assistência social é uma das que mais absorvem problemas das demais políticas sociais. Assim, as situações trazidas pelos usuários, como também aquelas vivenciadas no próprio aparato institucional, tem contribuído para gerar desgaste, e, por vezes, adoecimento dos assistentes sociais.

No cotidiano do CREAS II, as assistentes sociais desempenham várias atividades: visitas domiciliares e/ou institucionais, elaboração de relatórios e parecer social, estudos de caso; lida diretamente com atendimento aos usuários, trabalha com grupos, reuniões com equipe interdisciplinar (psicólogos, pedagogos, orientadores sociais, advogado, etc.), trabalho em redes, etc.

Exige-se também um profissional com conhecimento generalista, além de uma postura crítica diante da realidade, bem como conhecimentos que vão além daqueles que compõem habilidades e competências profissionais: experiência, criatividade, versatilidade, domínio de informática, fluência verbal e de escrita, etc.

De acordo com essa compreensão, Iamamoto (2003) afirma que, nesse contexto de globalização da produção e dos mercados, o trabalhador, inclusive o assistente social, é requisitado a desempenhar diversas funções, objetivando-se o lucro do empregador, sob o legado de novas formas de gestão da força de trabalho.

Surge, neste contexto, o trabalhador polivalente, aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e como mesmo salário, como consequência do enxugamento do quadro de pessoal das empresas. O trabalhador deixa de ser um trabalhador “especializado”- e também o assistente social - sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições. (IAMAMOTO, 2003, p.32).

Conforme dito, o assistente social enquanto trabalhador assalariado tem sofrido com a precarização das suas condições de trabalho. Percebemos que no CREAS II poucas são as assistentes sociais concursadas na instituição, sendo, a grande maioria das que estão ali inseridas, advindas de contratos temporários, com baixos salários, falta de capacitação, sensação de insegurança, o que faz com que muito deles tenham mais de um vínculo empregatício.

Todavia, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o serviço ofertado pelo CREAS II de Campina Grande tem se mostrado de grande importância, pois dentre os demais CREAS da cidade, é o que possui maior estruturação técnica-operacional para atenção especializada, individualizada, de acompanhamento sistemático e monitorado, ativando as redes quando necessário, em prol da superação e prevenção do agravamento das situações de risco pessoal e social dos indivíduos, fato que demonstra o bom desempenho dos profissionais da instituição.

Contudo, percebemos que o assistente social, além de atuar com as contradições e os conflitos sociais, vem se configurado na contemporaneidade como um trabalhador polivalente, sujeito a processos de adoecimento pela rotina de trabalho que precisa enfrentar,

principalmente na área da assistência social, aparato de respostas às necessidades sociais dos grupos vulneráveis, ainda que estas sejam invariavelmente insuficientes e limitadas.

Diante desse quadro de transformações reproduzidas no mundo do trabalho, percebemos que o contexto de tensões contribui para a sobrecarga profissional do assistente social, visto que muitos/as deles/as acabam submetidos/as a muitas demandas e desgastes físicos e psíquicos, que desencadeiam várias doenças ocupacionais, como já citadas anteriormente (estresse, LER; hipertensão, enxaquecas, etc.), proporcionando o adoecimento do/a profissional, visto que também é um trabalhador/a inserido/a na relação de exploração do trabalho.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atividade de trabalho passou por muitas transformações ao longo dos anos, apresentando avanços, conquistas, mas também retrocessos. No atual contexto de reestruturação produtiva, o trabalho tem ganhado novas (e precárias) faces: cada vez mais explorado, alienado e estranhado, fato que revela que a saúde da classe trabalhadora tem sido comprometida, a ponto de ocasionar desmotivação, fragilidade nos relacionamentos intersetoriais, desgaste físico e/ou mental e até mesmo doenças sócio-ocupacionais.

Esse quadro atinge o conjunto dos trabalhadores, inclusive as Assistentes Sociais, que vivenciam um cotidiano de demandas crescentes, novas exigências profissionais, ao lado da precarização das condições e relações de trabalho.

Em Campina Grande, o CREAS II apresenta uma notável expressividade de demandas que acarretam diversas exigências para as assistentes sociais que, além de atuar numa área extremamente complexa, lida diariamente com situações que remetem à violação de direitos e violência sofrida por parte dos usuários dos serviços, deparando-se com problemas de infraestrutura inadequada, contratos temporários, polivalência de funções, terceirizações, etc., podendo ser considerada uma das profissões mais estressantes, pelo fato de lidar com variadas problemáticas sociais com perspectivas limitadas de resolutividade.

Nesse sentido, refletir sobre as condições de trabalho profissional e os processos de adoecimento é algo que se impõe na atualidade para diversa categoria profissional, a exemplo dos Assistentes Sociais.

Entretanto, no caso específico do Serviço Social, além da preocupação com a saúde do trabalhador, tem-se em vista que as condições precárias de trabalho repercutem diretamente

na qualidade dos serviços prestados no âmbito da garantia de direitos sociais para as populações mais vulneráveis da sociedade.

No CREAS II pudemos observar o quanto as profissionais se sentem pressionadas a atender a demanda institucional e a cumprir prazos. Dessa forma, o cotidiano institucional também é perpassado pela precarização das condições e relações de trabalho, assim como ocorre com outras áreas profissionais. Esse quadro contribui para o estresse no desenvolvimento das atividades, assim como para os sintomas de LER, enxaqueca, dentre outros.

Assim, não se pode negar que as transformações no mundo do trabalho e sua configuração atual trazem grandes repercussões para a saúde do trabalhador, atingindo também o trabalho do Assistente Social.

Conforme já sinalizado anteriormente, ainda que o trabalho implique um esforço e ocasione um desgaste físico, mental e emocional do trabalhador, existem outros fatores que podem favorecer o agravamento desse desgaste, como as condições de trabalho inadequadas, o excesso de demandas, o número insuficiente de profissionais, as jornadas extensas, as situações estressantes.

Concluimos este trabalho almejando ter contribuído para a discussão do tema, e esperando que o mesmo possa subsidiar a atuação profissional do Assistente Social no CREAS II, que se constitui num importante espaço de atuação profissional na atualidade e nos possibilitou uma rica experiência de estágio.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. Ed. Revista e atualizada: São Paulo, Cortez/UNICAMP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. *O caracol e sua concha*: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BATISTA, A. Reforma do Estado: uma prática histórica de controle social. In: *Serviço Social e Sociedade*. n. 61. São Paulo: Cortez, 1999.

DEJOURS, Cristhopher. *A loucura do trabalho*: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

ENGELS, F. Quota- Parte do trabalho de hominização de macaco. In: Marx/ Engels: *Obras escolhidas*. Lisboa- Moscovo, 1985.

FREIRE, Lúcia. *O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: espaços, programas e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: 13ª ed. Cortez; Lima (Peru): Celats, 2000.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Serviço Social na Contemporaneidade- trabalho e formação profissional*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LAUREAL, A. C.& NORIEGA, M. *Processo de produção e saúde: Trabalho e desgaste operário*. São Paulo, Hucitec, 1989.

LIMA, R. de C. S. *Trabalhador 2000: inteligente, criativo, emocionado, participativo... e Saúde: in: BORGES, L. H.; MOULIN, M. das G. B. ARAUJO, M.D. de. Organização do Trabalho e Saúde: múltiplas relações*. Vitória: EDUFES, 2001.

LESSA, S. *Serviço Social e Trabalho: do que se trata?* Temporális. v.1, n.1, Brasília, 2006.

LESSA, S. TONET, I. *Introdução à Filosofia de Marx*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOURENÇO, E. A. S. (org.). *Trabalho, Saúde e Serviço Social: Textos apresentados no VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca e V Seminário O Trabalho em Debate*. 1º Ed. Curitiba. CRV, 2010.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante, 1993.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MATTOSO, J.E.L. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1996.

MÉSZAROS, I. *Para além do Capital*. Campinas/ SP. : UNIAMP, 2001.

MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P, BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEY L.T. A de; MÔNICA, M. T. A.de. *Serviço social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parâmetros para atuação de assistentes na política de Assistência Social*. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: 2011.

RAICHELIS, R. *Intervenção Profissional do Assistente Social e as Condições de Trabalho no Suas*. Rev. Serviço Social e Sociedade, n.104: São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. O Trabalho do Assistente Social na esfera estatal. In: CFESS/ ABEPSS. *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

TEIXEIRA, F.S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F.J.S. OLIVEIRA, M.A.de. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1998.

YAZBEK, M.C. Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS: SERVIÇO SOCIAL: *Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: DF. CFESS/ABEPSS, 2009.